

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem nº 97, de 2016 (Mensagem nº 534, de 2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATORA “AD HOC”: Senadora Ana Amélia.

Esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e ao Programa Mundial de Alimentos (PMA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do indicado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido em Madri, na Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946), filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, o indicado concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1973; e o Curso de Altos Estudos em 1990, mediante defesa da tese com o título: “A retirada norte-americana da UNESCO no contexto dos principais aspectos da crise da organização”.

Nomeado Terceiro Secretário em 1974, o diplomata foi promovido, por merecimento, a Segundo Secretário em 1978; a Primeiro Secretário em 1980; a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1991; a Ministro de Primeira Classe em 1999. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2013.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Cônsul-Geral no Consulado Geral em São Francisco (1989/91); Cônsul-Geral no Consulado Geral em Montevidéu (1991/93); Chefe do Escritório Financeiro em Nova York (1993/97); Embaixador em São José (1997/2000); Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso (2000/03); Embaixador em Caracas (2003/08); Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO (2008/10); Embaixador em Montevidéu (2010/15); e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2015-atual).

Foi, ainda, agraciado com inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras.

Além do histórico de vida relatado, consta do processado documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos sobre a tríade de organizações das Nações Unidas, com base em Roma, vocacionadas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural (FAO, FIDA e PMA). Essas organizações são objeto de acompanhamento da Representação Permanente do Brasil em Roma.

O documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores traz, em separado, informações pormenorizadas sobre as referidas organizações. Não entraremos, neste relatório, em minúcias sobre cada uma dessas agências, uma vez que, no documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty, e disponível a Suas Excelências, esse detalhamento é feito.

Cabem, entretanto, rápidas observações sobre a principal delas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Essa organização foi fundada em 16 de outubro de 1945. Concorreu para sua consolidação o grande brasileiro Josué de Castro – médico, nutrólogo, geógrafo e político pernambucano –, que exerceu a presidência do Conselho Executivo da FAO (1952/1956).

Cuida-se da primeira agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, a FAO tem por missão ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial. Em conjunto com o PMA, criado em 1963, e o FIDA, de 1977, a FAO é referência internacional nos temas sob seus cuidados.

Integrada por 194 Estados, a União Europeia e 2 Estados Associados (Ilhas Faroe e Tokelau), tem como Diretor-Geral, no momento presente, o brasileiro José Graziano da Silva. O Dr. Graziano exerce seu segundo mandato (2015/19), para o qual foi reeleito com superlativo apoio dos membros da organização (177 votos de 182 possíveis).

O orçamento total da FAO previsto para 2016/17 é de US\$ 2,6 bilhões [39% (contribuições estatutárias, pagas pelos Estados membros) e 61% (contribuições voluntárias dos membros ou de outros parceiros)]. O Brasil é o décimo contribuinte.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 08 de novembro de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senadora Ana Amélia, Relatora “ad hoc”